



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral da Polícia Civil
Assessoria da Direção-Geral

Parecer SEI-GDF n.º 3/2020 - PCDF/DGPC/ASS

Excelentíssimo Senhor Diretor Geral,

SÍNTESE DOS FATOS

1. Cuida-se de solicitação apresentada pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, nos termos do Memorando nº 81/2020 (SEI-GDF nº 47119733), pleiteando que a Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal oficie o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF acerca da aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal, na Repercussão Geral 942, para verificar a possibilidade de averbar tempo de serviço prestado em condições especiais convertido em tempo comum, com base nos índices de ponderação.

2. O solicitante apresenta a seguinte argumentação:

Considerando o julgamento por parte do Excelso Supremo Tribunal Federal do Tema 942 de Repercussão Geral assim versado: **“Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada”**, venho solicitar a V. Exa. que seja apreciada a possibilidade de formular consulta ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 264, do Regimento Interno daquela Corte de Contas, diante de fundada dúvida na aplicação da referida Repercussão Geral no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.

O julgamento referenciado asseverou, *verbis*:

“Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 942 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Luiz Fux (Relator), que dava provimento ao recurso. Foi fixada a seguinte tese: “Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então

vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República" (Plenário, Sessão Virtual de 21.08.2020 a 28.08.2020, Relator Ministro Luiz Fux, Leading Case RE 1014286).

O Egrégio TCDF, por sua vez, já havia proferido em 14/12/2010 a **Decisão nº 6611/2010** (sobrestada até o trânsito em julgado da ADI nº 2014.00.2.028783-4 TJDF) acentuando que **"o tempo especial devidamente reconhecido pode ser utilizado para fins de aposentadoria especial ou para conversão em tempo de serviço/contribuição comum, nos termos do § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99"** (Processo nº 10.623/2010 apenso ao Processo nº 29.391/2010).

Observado de forma minudente o percuciente julgado do STF, emerge, *concessa máxima vênia*, direito em tese de sua aplicação aos servidores da PCDF, notadamente quanto ao período que exceder, no exercício de atividade estritamente policial, aquele previsto na Lei Complementar nº 51/85, qual seja 20 (vinte) anos para homem e 15 (quinze) anos para mulher.

Assim considerando, o objeto preciso da consulta sugerida é **saber se ao servidor da PCDF pode ser aplicada a Repercussão Geral 942, com a consequente averbação do tempo de serviço estritamente policial que exceder a 20 (vinte) anos para homem e 15 (quinze) anos para mulher, com conversão desse tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.**

3. É o sucinto relatório.

DO MÉRITO

4. Os regimes previdenciários brasileiros, tanto o geral como o próprio, admitem aposentaria especial ao trabalho sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

5. Nesse diapasão, a Constituição Federal prevê a adoção de requisitos e

critérios diferenciados para a concessão de aposentaria aos abrangidos pelo regime próprio nos casos de atividades exercidas sob condições especiais. Vejamos o que dispunha o § 4º do art. 40 da CF:

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I portadores de deficiência;

II que exerçam atividades de risco;

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

6. Todavia, no caso de servidores sujeitos a condições especiais de trabalho que prejudicam a saúde ou a integridade física, não existe norma que trate da conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.

7. Em face da ausência legislativa houve uma corrida ao Poder Judiciário visando assegurar um tratamento justo ao servidor que antes de ingressar na carreira pública trabalhava sob condições nocivas. Tanto que o STF editou uma súmula vinculante possibilitando a aplicação das regras do regime geral de previdência social aos servidores.

SÚMULA VINCULANTE 33. Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

8. A Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê que a conversão do tempo especial em comum deve observar regra diferenciada que será estabelecida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

(...)

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.

9. Atento a essa realidade o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF

decidiu que, diante da ausência de norma específica, a conversão o tempo especial em tempo comum deveria observar índices de ponderação específicos, para que aquele fosse somado às contribuições do regime próprio. Vejamos o que restou estabelecido na Decisão nº 6611/2010-TCDF:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento da Consulta formulada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER/DF, constante do Processo nº 29.391/10; II) informar o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER/DF sobre esta decisão; III) responder à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, órgão consulente no feito, o seguinte: a) o reconhecimento do direito à contagem de tempo prestado sob condições especiais, para fins do disposto no art. 57 da Lei nº 8.213/91, contempla os beneficiários de decisão judicial em Mandado de Injunção e os demais servidores distritais que preencham os mesmos requisitos, em conformidade com a Decisão-TCDF nº 3.221/10, proferida no Processo nº 35.321/09; b) a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/91, na forma definida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, circunscreve-se à aposentadoria decorrente de trabalhos realizados em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos do inciso III do § 4º do art. 40 da CF/88; **c) o tempo especial devidamente reconhecido pode ser utilizado para fins de aposentadoria especial ou para conversão em tempo de serviço/contribuição comum, nos termos do § 5º do art. 57 da Lei nº 8.213/91, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99**; d) não havendo restrição para início da contagem, reconhecido o tempo de serviço/contribuição em condições especiais a que fora submetido o servidor, esse direito incorpora-se a seu patrimônio jurídico. Assim, se o servidor reunir os requisitos exigidos pela EC 41/03, são-lhe garantidas a paridade e a integralidade dos proventos; e) ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, as possibilidades de aposentadorias com a utilização desse tempo são as das regras permanentes previstas no § 1º do art. 40 da CRFB e as das regras de transição atualmente em vigor, disciplinadas nos arts. 2º e 6º da EC nº 41/03, c/c o art. 2º da EC nº 47/05 e no art. 3º da EC nº 47/05. Não se mostram viáveis as aposentadorias e a revisões de proventos fundadas em regras já revogadas no momento do surgimento do direito à contagem do tempo especial; f) o requisito principal para a aposentadoria especial do beneficiário de Mandado de Injunção é o cumprimento do período mínimo de 25 anos de atividade especial, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, sem exigência de outros requisitos, como tempo de serviço público, tempo no cargo, idade mínima, aplicáveis às demais modalidades de aposentadoria permitidas ao servidor público; g) a aposentadoria especial decorre de eventos de natureza diferenciada daquelas situações que caracterizam a aposentadoria ordinária. Assim é que, se a Constituição determina

que o tempo para aposentadoria especial seja prestado inteiramente sob condições específicas, não se mostra plausível o cômputo de licenças (especial ou prêmio) para tal fim; h) não é possível a desavervação de licenças (especial e prêmio), tendo em vista que o direito à contagem de tempo especial não retroage à data da aposentadoria anterior; i) é possível a concessão do abono de permanência, ainda que no preenchimento dos requisitos para a concessão de aposentadoria especial, sob pena de contrariar sua "*ratio essendi*", que é, precisamente, provocar menos aposentadorias e, com isso, dar mais folga orçamentária à previdência pública. Da mesma forma, o tempo especial convertido em tempo comum pode ensejar a revisão do benefício, em consonância com as regras aplicáveis às aposentadorias comuns e aos respectivos abonos de permanência; j) podem ser contados como tempo especial os afastamentos em virtude de: doação de sangue (art. 97, I, Lei nº 8.112/90); alistamento eleitoral (art. 97, II, Lei nº 8.112/90); casamento (art. 97, III, "a", Lei nº 8.112/90); luto (art. 97, III, "b", Lei nº 8.112/90); férias (arts. 77/80, Lei nº 8.112/90); convocação para júri e eleição (art. 102, VI, Lei nº 8.112/90); maternidade (art. 207, Lei nº 8.112/90); paternidade (art. 208, Lei nº 8.112/90); adoção (art. 210, Lei nº 8.112/90); acidente de serviço ou doença profissional (art. 211, Lei nº 8.112/90); aposentadoria por acidente de serviço ou moléstia profissional (art. 40, I, CF/88 e alterações); k) também podem ser computados como tempo especial os afastamentos em virtude de licença para tratamento da própria saúde, a teor do disposto na ON nº 10/2010, da SRH/MPOG (art. 11, inciso IV, alínea "a"); l) cabe à Secretaria de Estado de Saúde - SES, órgão consulente, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev e à Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento do Distrito Federal - SEPLOG regulamentar os métodos de trabalho para a verificação das condições especiais de trabalho e expedição dos laudos técnicos e periciais e demais documentos necessários ao enquadramento do cargo e/ou comprovação da exposição a condições especiais de trabalho, em conformidade com a IN SPS/MPS nº 1/10 e a legislação do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, observando a conceituação técnica de tempo permanente, não ocasional, nem intermitente, cabendo exclusivamente ao Iprev a competência para a expedição das certidões de tempo de atividades especiais de que tratam os autos; m) verificado o enquadramento da situação individual do servidor, na forma descrita no item anterior, devem compor os autos do processo de aposentadoria a certidão de tempo de serviço/contribuição expedida pelo Iprev e o respectivo laudo médico-pericial que deu origem à certidão; n) em caso de averbações, os cálculos especiais deverão estar previamente definidos e demonstrados nas respectivas certidões de tempo averbado, com base em regular processo administrativo e/ou judicial implementado na origem, não cabendo a qualquer órgão ou entidade do Distrito Federal reconhecer como tempo especial ou aplicar ponderação sobre tempo certificado por quaisquer outras

esferas de governo ou pelo INSS; o) o tempo de serviço especial prestado em condições insalubres por servidor público federal, inclusive sob o regime celetista, e o prestado em condições insalubres por servidor público estadual ou municipal sujeito a regime próprio de previdência social podem ser averbados no Distrito Federal com base em certidão expedida pelo próprio órgão de origem; p) o tempo de serviço especial prestado em condições insalubres por servidor público estadual ou municipal submetido ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o prestado em condições insalubres à iniciativa privada somente podem ser averbados no Distrito Federal à vista de certidão expedida pelo INSS. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator. (grifo nosso).

10. Entretanto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT declarou a inconstitucionalidade formal e material das **alíneas c, d, e, i, j, k** da **Decisão nº 6.611/2010 - TCDF**, bem como do **item I** da Decisão nº 3.662/2014 - TCDF, vez que contrários aos arts. 19, *caput*, 71, § 1º, inciso II, e 41, §§ 1º, 2º e 8º, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal. Decisão essa que transitou em julgado em 20/04/2018, conforme certidão emitida pelo Supremo Tribunal Federal:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1113401

RECTE.(S) : SINDICATO DOS MEDICOS DO DISTRITO FEDERAL

ADV.(A/S) : THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA (20001/DF, 167067/RJ)

RECDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES): PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

INTDO.(A/S): SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E TRIBUNA DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - SINDIRETA/DF

ADV.(A/S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA (23360/DF, 4846/RN)

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 20/04/2018, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Brasília, 20 de abril de 2018. (Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314191323&ext=.pdf>, acessado em 22/09/2019)

11. Ocorre que, no dia 28 de agosto de 2020, o STF concluiu o julgamento do Tema 942, em sede de repercussão geral, que cuida da possibilidade de aplicar as regras gerais de previdência social para averbação do tempo de serviço sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física do servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada. Nesse julgamento, a Corte Constitucional firmou o seguinte entendimento:

O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 942 da repercussão

geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Luiz Fux (Relator), que dava provimento ao recurso. Foi fixada a seguinte tese: “Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República”. Os Ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Roberto Barroso, fixavam tese diversa. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 21.8.2020 a 28.8.2020.

11. Portanto, o Supremo reconheceu o direito do servidor público converter o tempo especial em comum, utilizando critério diferenciado, quando a atividade exercida por ele ofereça risco à saúde ou à integridade física, a exemplo do que ocorre no caso do trabalhador da iniciativa privada vinculado ao regime geral de previdência social.

12. Nesse julgamento o STF evoluiu a sua jurisprudência, pois ao confirmar a permissão de aplicação subsidiária do regime geral de previdência social ao regime próprio do servidor, estabeleceu que a conversão do tempo especial em tempo comum, limitada ao período anterior a EC nº 103/2019, ocorrerá mediante contagem diferenciada.

13. Assim, não atingido o período especial de 25, 20 ou 15 anos de exercício de atividade com exposição a agente nocivo à saúde ou à integridade física, poderia aumentar o tempo total de contribuição para fins de aposentadoria, convertendo o tempo de contribuição nessas condições em tempo comum da seguinte forma:

Tempo a Converter	Multiplicador Mulher	Multiplicador Homem
15 anos	2	2,33
20 anos	1,5	1,75
25 anos	1,2	1,4

14. O servidor policial civil, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, além da idade mínima fixada pela EC nº 103/2019, aposentar-se-á voluntariamente:

a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem;

b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher.

15. Constata-se que o policial civil poderá computar período anterior ao ingresso nas carreiras policiais para completar as contribuições necessárias para aposentação, 30 (trinta) anos, se homem ou 25 (vinte e cinco), se mulher, desde que conte com um período de exercício exclusivo de atividade policial 20 (vinte), para homem e 15 (quinze), para mulher.

16. Assim, se a atividade exercida anteriormente for considerada nociva à saúde ou à integridade física, esse período de contribuição deverá ser convertido em tempo comum, com base em fator multiplicador diferenciado conforme consta na tabela anterior.

17. É preciso consignar que a vedação constitucional de tempo ficto não proíbe o cômputo diferenciado de tempo de serviço executado sob condições especiais, como assentou o Pretório Excelso.

18. A título de exemplo, um policial civil que antes de ingressar nos quadros da PCDF trabalhou, por 10 (dez) anos, como enfermeiro, ao pedir sua aposentadoria, após completar 20 (vinte) anos de exclusivo exercício no cargo da Policial Civil do DF, terá o direito de converter aquele tempo especial em comum, isto é, o período de 10 (dez) anos serão computados como 14 (quatorze) anos.

19. Em suma, a adoção de critérios específicos (multiplicador) na conversão do tempo especial em tempo comum é o próprio reconhecimento do direito à contagem diferenciada, porque o que é especial é o tempo de serviço prestado nessas condições e não a aposentadoria em si. A Carta Magna não fala em aposentadoria especial, mas sim em requisitos e critérios diferenciados para servidores públicos que exercem suas funções em condições de trabalho nocivas à saúde ou à integridade física.

DA NECESSIDADE DA CONSULTA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

20. Apesar de o E. Tribunal de Contas do Distrito Federal ter reconhecido que a conversão do tempo especial em tempo comum deveria ocorrer com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, conforme consta na Decisão nº 6611/2010, o fato é que essa regra foi afastada por ter sido declarada

inconstitucional pelo TJDF.

21. Com o trânsito em julgado da ação direta de inconstitucionalidade (20140020287834-ADI-TJDF), a Polícia Civil do Distrito Federal se vê impedida em adotar fator multiplicador na conversão de tempo de serviço prestado em condições especiais em tempo comum.

22. Entretanto, com a decisão do STF em sede de repercussão geral, deve-se retomar o entendimento anterior do TCDF no que diz respeito à averbação de tempo especial convertido em tempo comum, com base em critérios diferenciados, cujo período será computado apenas com relação ao tempo que exceder ao estritamente policial.

23. Portanto, o questionamento apresentado pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP deve ser apresentado ao TCDF face ao posicionamento do STF, porquanto compete à Corte de Contas Distrital acompanhar e fiscalizar os processos de aposentação promovidos pela Polícia Civil do Distrito Federal.

24. Lembrando, ainda, que compete ao Tribunal de Contas do Distrito Federal *“decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência”* (art. 1º, inciso XXI, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal).

25. Assim, por existir uma ADI do TJDF, com trânsito em julgado, afirmando que é inconstitucional a adoção de critérios diferenciados na conversão de tempo especial em tempo comum, mas diante da recente decisão do STF permitindo a utilização de fator multiplicador na referida conversão, revela-se prudente a consulta para evitar erros e vícios nas concessões de aposentação executadas pela Polícia Civil do Distrito Federal.

26. Neste sentido, afigura-se de extrema pertinência submeter à Corte de Contas do DF a indagação apresentada à Direção Geral da PCDF, a fim de que o E. TCDF, nos termos do art. 264, *caput*, do RITCDF, manifeste sobre a seguinte consulta:

- Ao servidor da PCDF pode ser aplicada a Repercussão Geral 942, com a consequente averbação do tempo de serviço estritamente policial que exceder a 20 (vinte) anos para homem e 15 (quinze) anos para mulher, com conversão desse tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada?
- Qual o fator que deverá ser utilizado?

É o parecer, *sub censura*.

Respeitosamente,

Carlos Augusto M. Carneiro
Assessor da Direção Geral



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MACHADO CARNEIRO - Matr.0076328-4, Assessor(a) da Direção-Geral**, em 22/09/2020, às 17:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=47476204)
verificador= **47476204** código CRC= **B3416F80**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO , lote 23, Conjunto A ? Ed. Sede Complexo da PCDF - CEP 70610-907 - DF

3207-4001

00052-00016622/2020-79

Doc. SEI/GDF 47476204